

quinta-feira, 11 de dezembro de 2025

Consultor Jurídico

Pesquisar



Capa

Especiais

Notícias

Colunas

Artigos

Estúdio
ConJur

Áreas

Anuários

Loja

Consultor Jurídico > comunidades > Judiciário > Estado deve indenizar família por demora na liberação para velório

DANOS MORAIS

Estado deve indenizar família por demora na liberação de corpo para velório

Redação ConJur

9 de agosto de 2020, 8h25

Judiciário

Em virtude da demora de 14 horas para realização de procedimento no Instituto Médico Legal de Governador Valadares (MG), e o consequente prejuízo do velório, que teve tempo reduzido por causa do atraso, o Estado de Minas Gerais deve indenizar os pais de uma menina que morreu na cidade mineira.

Reprodução

Assim decidiu a 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, que confirmou a sentença de primeiro grau e manteve a obrigação de pagamento do valor de R\$ 20 mil para cada genitor.



Procedimento no IML atrasou bastante o sepultamento em Governador Valadares
Reprodução

APOIO

Relator do recurso, o desembargador Kildare Carvalho considerou o valor razoável não só para atenuar o infortúnio suportado como também para tentar impedir que o ente estatal volte a incorrer na prática condenada.

A filha do casal indenizado morreu em um hospital de Governador Valadares como consequência do que parecia ser um acidente, mas logo surgiu a suspeita de envenenamento. Por causa disso, o corpo dela permaneceu 12 horas no hospital e outras 14 no Instituto Médico Legal.

O Estado de Minas Gerais alegou que o tempo gasto foi o estritamente necessário para a averiguação da suspeita de crime e que não houve qualquer indício de omissão de agentes públicos, argumentação não considerada pelos julgadores.

Com a liberação tardia para o sepultamento, e er





VER COMENTÁRIOS

Tags:



Digite seu e-mail

RECEBER

! Encontrou um erro? [Avise nossa equipe!](#)

Leia também



PESQUISA ACADÊMICA
STJ lança revista de estudos jurídicos REJuri em 19 de agosto



VOLTA AOS TRABALHOS
STF retoma sessões na segunda com ação sobre proteção de índios



MODERNIZAÇÃO DA JUSTIÇA
TJ-MG fecha parcerias para virtualizar 100% dos processos



CHUMBO TROCADO
Associação de magistrados apoia juiz que acusou promotor em Minas



Consultor Jurídico

quinta-feira
11 de dezembro de 2025

Pesquisar

CONJUR

Quem Somos

Equipe

Fale conosco

PUBLICIDADE

Anuncie na ConJur

Anuários ConJur

ESPECIAIS

Especial 20 anos

Especial 25 anos

PRODUTOS

Livraria

Anuários

Revistas



www.conjur.com.br

